

Geeks, piratas, monkees e o inominável

André Kleinert*

O título desse texto pode soar aleatório ou esdrúxulo, mas a ideia de escrevê-lo nasceu justamente de uma espécie de fluxo de ideias sobre esses tópicos que me passou pela cabeça depois de dois filmes que vi e conversas que travei em questão de poucos dias na segunda metade de novembro desse ano. Na abertura do Cine Esquema Novo, assisti a “A cidade dos piratas” (2018), dois dias depois pela parte da manhã vi “Head – Os Monkees estão à solta” (1968) em uma sessão do Clube de Cinema, concluindo que em um almoço no mesmo dia fiquei conversando com alguns amigos do Zinematógrafo. Durante essa discussão, surgiu uma pergunta aparentemente bizarra: em quem os geeks votaram para presidente nessas últimas eleições? A resposta nos pareceu óbvia – no inominável. Pensando depois nessa conversa, lembrei de dois fatos relacionados aos nossos amigos geeks que ficaram colados no meu imaginário. O primeiro deles relacionado a uma lembrança pessoal – na edição de 2012 do evento Multiverso ComicCon em Porto Alegre em uma das mesas de debate a que assisti alguns rapazes bradavam furiosamente contra o fato da DC Comics ter permitido que em um reboot o Lanterna Verde de um universo alternativo se declarasse gay. Já o segundo fato se refere a uma notícia recente sobre o pedido de recuperação judicial da Livraria Cultura, em que uma das razões apontadas para o declínio financeiro da empresa foi uma operação malsucedida de aplicação de um empréstimo concedido pelo BNDES na construção de espaços geeks em unidades da livraria. Não deixa de ser bem simbólico dos tempos funestos que vivemos: homofobia e interesses de mercado caminhando lado a lado.

A cultura geek é uma corruptela daquilo que se convencionou se chamar de cultura pop e ambas levam a concepções e mesmo decisões equivocadas sobre manifestações artísticas ou culturais. Grosso modo, dão a entender que tudo aquilo que se encontra sob o âmbito de suas definições reducionistas teriam um caráter mais acessível (na sua fruição) e menos pretensioso (na sua realização), contrapondo-se àquilo que poderia ser considerado mais difícil ou elitizado na sua apreciação. Na verdade, são mais designações que procuram dar uma legitimidade para o que antigamente se chamava cultura de massa ou indústria cultural. Na tentativa de dar validade para algo que antes era menosprezado como descartável e desimportante, mais acentuam preconceitos e visões obtusas sobre as manifestações culturais. O que torna fundamentais nomes de artes diversas como, por exemplo, Bergman, Picasso, Balzac e Miles Davis não é o fato de terem produzido obras sofisticadas e direcionadas a um público específico, mas sim que tais obras tinham um alcance universal e de forte teor humanista. A obsessão geek pelo escapismo fácil e imutabilidade conceitual de um conjunto de filmes, HQs, séries, livros, games e afins leva a uma impossibilidade de aceitação de tudo aquilo que esteja fora de um eixo econômico-cultural ditado por grandes corporações (afinal, não são elas as principais responsáveis por manufaturar esses produtos?). A preocupação maníaca com as reconstituições fieis de adaptações de HQs para o cinema, o fanatismo com a pureza asséptica dos universos de fantasia de franquias sem fim, a obsessão maratonista com séries que são a reciclagem da reciclagem – as obsessões geeks ainda se estendem a um grande público não-iniciado criando uma demanda por expressões culturais que se mostra cada vez menos pluralista e reflexiva e mais alienada e imediatista.

Esses dilemas artísticos-existenciais de cultura pop não chegam a ser propriamente uma novidade. No final dos anos 1960, os Monkees e seu “criador” Bob Rafelson estavam fartos da previsibilidade da fórmula de sucesso de seus discos e seriado. Em plena efervescência psicodélica e demais efeitos da contracultura, procuravam possibilidades criativas mais amplas e esbarravam nas expectativas do público e de seus padrões corporativos. “Head – Os Monkees estão à solta” foi o bizarro manifesto fílmico-musical em que expressaram seus desejos, frustrações e angústias diante tal situação. Ainda que esteja lá o verniz cômico e nonsense típico do seriado que os consagrou, o que predomina de maneira sutil é uma atmosfera de pesadelo combinada a um ácido subtexto sobre a derrocada tanto da contracultura quanto do valores ético-morais da sociedade norte-americana frente a escalada desmedida de mortes sem sentido de militares e civis na Guerra do Vietnã e o domínio socioeconômico cada vez maior de grandes corporações econômicas. Os Monkees têm a consciência de que são apenas mais um produto a ser vendido e empreendem uma fuga infrutífera em meio a cacos de reportagens e documentários, trechos de pastiches de gêneros cinematográficos e sequências de números musicais estilizados. Nesse processo, presenciam misoginia, genocídios, exploração econômica, opressão cultural e banalização mística como “atrações” em seu programa. Impotentes, estão destinados a se repetirem nesse cínico e amargo vórtice sensorial.

Se o pessimismo sardônico paira sobre o filme de Rafelson, em “A cidade dos Piratas” o diretor gaúcho Otto Guerra parte para a guerra declarada contra as amarras criativas (e mesmo morais) da dita cultura pop (ou geek ou coisa que o valha). Ao invés de fazer uma simples e previsível adaptação dos quadrinhos clássicos dos Piratas do Tietê, um dos trabalhos mais conhecidos da quadrinista Laerte, Guerra extrapola em suas intenções e joga na cara do espectador uma

viagem audiovisual poética, libertária e por vezes muito engraçada. No início da narrativa, fica sugerido que veremos uma adaptação cinematográfica tradicional de quadrinhos, com direito a grafismo refinado, senso de ação muito bem delineado e humor ácido e escroto. Logo, entretanto, tudo isso vai para o espaço e o que fica à mostra é tanto uma reflexão irônica e amarga sobre o processo criativo em crise do diretor, que envolve também a descoberta de um câncer no meio da realização do filme, quanto um inventário lírico e contundente sobre a vida, a arte e o pensamento vivo de Laerte. A narrativa fica um tanto fragmentada, não muito linear, mas aos poucos tudo vai adquirindo uma desconcertante coerência formal-existencial-política. A conexão com o presente marcado pela opressão de um poder patriarcal-fascista é bastante pertinente (olha lá o inominável dando as caras novamente), mas “A cidade dos piratas” trata na verdade de desejos, preconceitos e desilusões de caráter atávico (não à toa, a mencionada sequência inicial se desenvolve no Brasil da época dos bandeirantes). Nesse processo narrativo e mesmo discursivo, há uma impressão de caos imagético e sonoro com traços de certo egocentrismo, mas tudo isso é necessário para que em momentos cruciais da narrativa se fique com a sensação de se entrar em uma frequência sensorial que vai do perturbador ao encantador.

É provável que Otto Guerra não tenha pensado em “Head” quando estava envolvido na realização de “A cidade dos piratas”. Não deixa de ser curioso, entretanto, pensar que no espaço temporal de 50 anos que separa as obras estão contrapostos fatos históricos marcantes e aparentemente contraditórios entre si (o estouro das manifestações estudantis na Paris de 1968 e a ascensão definitiva de uma direita autoritária nas eleições brasileiras de 2018). E também é inquietante estabelecer essas conexões entre os dois filmes paridos em condições sócio-

políticas e pretensões artísticas diversas, mas que têm em comum a vontade de romper com os ditames de uma “cultura pop” mercadológica e conformista.

(texto publicado originalmente na edição no. 25 do Zinematógrafo, em janeiro de 2019, copyright)

* André Kleinert é crítico de cinema e atualmente está na diretoria da Associação dos Críticos de Cinema do Rio Grande Sul. Escreve sobre cinema no blog *Anti-Dicas de Cinema: o blog cinematográfico de André Kleinert*. É também autor do livro *Cinemanía XXI*, que está sendo editado pela Atafona – Casa editorial dos novos autores.